



## **POR UMA HISTÓRIA ORAL REVISIONADA: OS MÚLTIPLOS SENTIDOS DA ORALIDADE: TEORIA E MÉTODO**

**Ivonete Cristina Campos Lima**

(UNIABEU/PROAPE, Mestre)

ivonetecscampos@yahoo.com.br

Definir a metodologia a ser utilizada é uma exigência para qualquer pesquisa histórica. Inicialmente, refere-se a uma questão de encaminhamento óbvio, pois bastaria a simples indicação ao lócus do objeto selecionado pelo pesquisador. No entanto, torna-se um equívoco se o nosso objeto de estudo não possuir uma metodologia clara que não encaixa nas ditas fontes garimpadas na prévia do historiador.

Este artigo objetiva apresentar a trajetória dos pressupostos teóricos ao optar-se pelo método de História Oral. O campo de abordagem histórica do pesquisador, na maioria dos casos, acaba sendo a indicação metodológica contida na própria documentação a ser investigada. Logo, o historiador obedeceria ao recorte, por exemplo administrativo ou antropológico, no qual foi forjada a sua documentação, ou seja, submete-se um olhar clínico sem antes discutir as possibilidades desta visão. Todavia, veremos como é permitido e essencial dinamizar esse recorte antes sacramentado na burocracia das práticas acadêmicas discutidas até então e, assim, justificar uma metodologia coerente para a pesquisa em questão.

Sempre é bom lembrar que não existe uma objetividade subjacente no que tange à seleção da metodologia à construção do discurso do historiador. Michel de Certeau considerava primordial para a escrita da História a relação entre espaço e tempo e nos remetia a uma reflexão, diante das fontes, qual metodologia escolher?. A opção metodológica não é inocente, mas, uma decisão que delimita e recorta as fontes a serem analisadas (CERTEAU, 1982). O debate a respeito da seleção metodológica precisa transcender a simples preocupação súbita do historiador e deve ser disseminada para a própria teorização conceitual da relação entre História Oral com outras problematizações que a englobam, como a História da Memória, a Macro-História ou a Micro-História. Nesse momento, a análise comparativa pode tentar tecer e delimitar as peculiaridades entre os conceitos que convergem e que são aplicáveis para uma História Oral. Por



exemplo, por em xeque as distinções que formam os limites espaciais sob o ponto de vista administrativo, como a de uma freguesia, província, estado, município, etc., e suas relações com a nação e o mundo, fazem com que o historiador se aproprie de uma oralidade confrontada com as vias documentais que dê conta do espaço a ser investigado.

Le Goff (2006, p.201) também é categórico ao confirmar que a história coletiva é criada a partir da memória individual daqueles que compõem uma determinada região, ou seja, a fabricação da história desenrola-se sempre nos lugares, no espaço; e lugares não se compõem sozinhos, as pessoas que fazem parte desses espaços, transformam e marcam o local onde são construídas as suas histórias. Logo, o espaço não seria uma variável inerte, mas tanto produziria a história “quanto é modificado e construído por ela”.

Outro aspecto da discussão nos remete a interação entre o todo e as partes. Não é admissível conhecer o todo sem as partes; nem as partes sem o todo. O estudo da História da Memória nos convida a estabelecer uma relação entre o social e o cultural, que de forma involuntária cristaliza a tradição social coletiva que de forma consciente ou não marca os depoimentos vivos de certos grupos sociais envolvidos em um lugar ou em uma região (DAMATTA, 1987, p.48-49). A memória como construção social (POLLAK, 1992) é fruto da articulação das lembranças individuais e grupais as quais o indivíduo pertence e a memória individual não está inteiramente isolada e fechada e um homem, para evocar seu próprio passado, precisa frequentemente apelar para as lembranças dos outros (HALBWACHS, 1990, p.54).

Pensar na oralidade sob o ponto de vista de uma história totalizante, nos leva a diversas questões, e nos faz enveredar para uma remota polêmica, que suscitou as investigações desde os tempos onde não se podia praticar a percepção da memória até nossos dias, quer seja na moderna concepção da teoria dos conceitos, quer seja nas discussões dos fragmentos históricos: as implicações entre a parte e o todo. Diante de tantas inquietações algo é certo não se aplica oralidade e nem sequer pratica memória sem passar pelas fontes históricas. O todo, portanto, não é apenas o total das partes; é um organismo singular que tem nessa reunião uma qualidade particular (GRAÇA FILHO, 2009, p.10). O único, o particular é o peixe a ser investigado, e torna-se preponderante



quando analisado sob a perspectiva do oceano da História. Daí o questionamento, é possível aplicar a oralidade partindo de uma história cujo o vínculo é totalizante?. Diríamos que sim, porque a macro-história ainda não foi abandonada pelos historiadores que constatarem que as propostas de estudos somatórios dos quadros amplos da história geral, acabam promovendo a crítica dos questionamentos globalizantes quando esses quadros acabam sendo privilegiados por uma redução da escala de observação do objeto de estudo em questão. Assim, podemos e devemos nos apropriar do método da oralidade para responder aos anseios historiográficos de um universo mundializado.

Sem querer evocar um cenário amplo dessa discussão, podemos fechar com o discurso de Roger Chartier a partir da questão da globalização cultural que impôs o direcionamento do espaço cultural para o pesquisador, recuperando o debate das temáticas nacionais, as padronizações culturais e as instituições de poder supranacionais. Como propôs Chartier (2002, p.80), os fenômenos culturais não estão fadados a um contexto simples microscópico, pois uma pluralidade de apropriações e articulações culturais atravessa toda a sociedade, sem se deter nas determinações culturais, portanto, ela é ampla e generalizante. A febre do início da década de 1970, em revisar os pressupostos metodológicos e teóricos, pelo caminho da história regional quantitativa acabou por esgotar as contribuições historiográficas na grande disseminação dessa epidemia calorosa dos recortes espaciais e temporais meramente trabalhados sob a ótica da localidade, ou seja a falta de critérios metodológicos permitiu neste momento a perda da vitalidade da pesquisa local e regional (GOUBERT, 1992).

Todavia, ainda no final dos anos 70, os historiadores italianos, Carlo Ginsburg e Giovanni Levi<sup>1</sup>, apontaram a Micro-História como possibilidade de se reacender a história regional em outros ângulos e perspectivas. As incertezas constantes sobre o desenrolar da Macro-História fortaleceram a “reconstrução da micro-história”, com a evidência do nome-indivíduo como o fio condutor de investigações qualitativas do vivido (SERNA, 2000, p.238). Como nos diz Levi (1992, p.135), que “toda ação social é o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões dos indivíduos, diante de

---

<sup>1</sup> Autores que elaboraram uma coleção de estudos sobre Micro-Histórias pela editora italiana Einaudi.



uma realidade normativa, que embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”.

A microanálise não pode ser avaliada como uma simples redução da escala de observação. Por exemplo, o recorte biográfico de um grupo social deve ser utilizado com o propósito de corrigir as mazelas da história totalizante e, portanto, trazer à luz aspectos esquecidos pela macro-história. Ora os caminhos sociais do cotidiano e suas possíveis motivações e indagações, tornam mais complexa a realidade histórica, logo, dessa forma, compreende um papel revisor do conhecimento já enquadrado nos conceitos gerais. Claro que, muitos historiadores, a exemplo de Pierre Vilar, nos alertava de que estudos regionais necessitavam serem compreendidos em um conjunto sócioeconômico, com a totalidade referida à macro-história, sob pena de, ao dividirmos a realidade de seu contexto, nada explicarmos. Ou seja, a micro-história não poderia cumprir o seu papel crítico se não tomasse em consideração os modelos explicativos totalizantes.<sup>2</sup>

A micro-história evoca uma reação ao anonimato do indivíduo e à exclusão do cotidiano da história quantitativa discursada por Braudel, Furet, Goubert, etc. Portanto, não há dúvidas quanto ao aprofundamento das discussões ao entorno do contexto histórico, com as suas diversas multiplicidades e possibilidades, que podem ser direcionadas para uma bela síntese, como constata, Levi (1992, p. 158):

**A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral.**

Para Jacques Revel (1998, p.27-28) a redefinição da hierarquia rígida entre os variáveis níveis de observação, na qual a experiência microssocial nos indica a perceber flutuações particulares da história global, nos remete à construção do ir e vir históricos, ou seja, a contextualização da microanálise insere as dimensões do mais local ao mais global. A micro e a macroanálise se interpenetram, são partes efetivas da realidade



histórica. Logo, não se trata de uma escolha de abordagem entre duas realidades históricas, uma macro e outra micro. Isoladamente nenhuma é satisfatória como explicação única da problematização histórica: ambas formam um conjunto de níveis que precisam ser evidenciados, analisados e criticados, inclusive nas situações intermediárias aos dois extremos (REVEL, 1988, p.32), porque micro-história não é um simples estudo de caso (LEVI, 1992, p.143) e nem tão pouco é direcionada para as tendências momentâneas da mídia historiográfica. A investigação conflituosa desses desenlaces históricos faz crescer significativamente a especificidade da ação de cada indivíduo num agrupamento humano. Uma vez que a microanálise, através das biografias coletivas, pode refazer o encaminhamento da análise comparativa regional. Buscando assim, atingir o funcionamento das instituições de uma sociedade e dos caminhos individuais frente à diversidade de condições materiais e culturais de cada ambiente (CHARLE, 2006, p.46-49).

A história individual miscigenada com a história coletiva de grupos, classes e sociedades, cria uma perspectiva muito grande em torno dos testemunhos. A história oral tem como mediação em sua coleta de dados a “memória dos informantes” (AMADO; FERREIRA, 2000), assim, como todos os homens são determinados pela história vivida, todos são sujeitos da própria história, isso equivale a entender que a história é feita de todos e por todos. Portanto, dessa forma a história do tempo presente tem de lidar com testemunhas vivas, presentes no momento do desenrolar dos fatos, que podem vigiar ou contestar o pesquisador (AMADO; FERREIRA, 2000, p. 23).

Algumas perspectivas de trabalho com a história oral têm levado ao entendimento de que a utilização de fontes orais constituiria uma reação às explicações mundializadas, apoiadas somente em documentos escritos. Trata-se de um mito, pois ao contrário podem-se trabalhar os depoimentos pessoais com base na escolha de temas comuns consultados em diferentes fontes, procurando dissecar os conteúdos sem desvinculá-los das categorias mais amplas das estruturas social, econômica e política (SCHMIDT; CAINELLI, 2006,125-132).

---

<sup>2</sup> Em 1992, Pierre Vilar é entrevistado por Jean Boutier. Nessa entrevista ele demonstra toda a sua preocupação com o modismo da micro-história.



A operacionalização da investigação tendo como base a História Oral consiste em levantar os dados, selecioná-los e discutir os resultados fornecidos pela interpretação dos discursos orais. A partir daí, procura-se apontar para as possíveis transformações da comparação histórica que geralmente permite ao historiador trabalhar com a macro e microanálise.

Consideradas “arquivos do discurso”, as fontes orais apresentam limites e possibilidades. Portanto, a necessidade de se ter cuidados especiais ao se apropriar desta metodologia, é estratégia fundamental para se conseguir sucesso nessa difícil empreitada, porque a prática da oralidade requer persistência e paciência ao tentar desatar os nós do novelo, em especial quando os mesmos fazem parte de algo que ainda não passou para o censo comum ou de algo que necessita ser (re) construído diante de uma nova perspectiva histórica.

Assim, convidamos ao leitor neste breve relato teórico-metodológico a refletir sobre as definições conceituais que perfilam a aplicabilidade da oralidade definindo-a como método a ser compreendido e apropriado como tal. Portanto, historiadores e pesquisadores, antes de buscar no outro as dimensões satisfatórias desta prática, registre as falas de sua vida, de sua História.

#### **BIBLIOGRAFIA**

- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- BOUTIER, J.; JULIA, D. (Orgs.) **Passés recomposes: champs et chantiers de l'histoire**. Paris:Autrement, 1995.
- CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. *In*: HEINZ, F. M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CHARTIER, R. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- GOUBERT, P. **História Local**. Revista Arrabaldes, Petrópolis, ano I, nº 1, mai/ago., 1988.



- GRAÇA FILHO, A. A. **História, região e globalização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo, UNICAMP, 2006.
- LEVI, G. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- POLLAK, M. **Memória, esquecimento e silêncio**. *In*: Estudos Históricos, nº 3. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.
- SERNA, J.; PONS, A. **Como se escribe la microhistoria**. Madrid: Cátedra, 2000.